

## ESPAÇOS LIVRES URBANOS E CIDADE: PRODUÇÃO E GESTÃO

Karina Andrade Mattos <sup>1</sup>

Norma Regina Truppel Constantino <sup>2</sup>

### RESUMO

Os espaços livres urbanos, com suas ruas, praças e parques, constituem um importante sistema para a organização da forma urbana. Determinante para a reprodução da vida nas cidades, a criação e conservação dos espaços livres visa melhorar a qualidade ambiental urbana ao mesmo tempo em que garante qualidade de vida ao cidadão. Contudo, visões e enfoques distintos entre usuários e poder público têm criado espaços vazios, indiferenciados e monofuncionais. Entender o sistema de espaços livres urbanos, bem como os elementos e as relações que organizam e estruturam seu conjunto com a cidade, torna-se fundamental para o desenvolvimento de novas políticas de gestão. Assim, o trabalho busca analisar por meio de referências bibliográficas, as relações entre o sistema de espaços livres, a cidade e a esfera pública, possibilitando configurar um panorama de debate sobre o uso de tais espaços e sua forma de produção e gestão nas cidades brasileiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaços livres urbanos. Cidade. Gestão pública.

## **FREE SPACES URBAN AND CITY: PRODUCTION AND MANAGEMENT**

### ABSTRACT

*Urban open spaces, with their streets, squares and parks are an important system for the organization of the urban form. They are determined for the reproduction of life in cities; the creation and conservation of open spaces that aims to improve the urban environmental quality while ensuring quality of life for citizens. However, visions and different approaches between users and public authorities have created empty, undifferentiated and monofunctional spaces. Understand the urban open spaces system, as well as the elements and relationships that organize and structure their joint in the city, is essential for the development of new management policies. Thus, this research tries to analyze through bibliographic references, the relationships among the system of open spaces, the city*

---

<sup>1</sup> Mestranda, Universidade Estadual Paulista – Campus Bauru. E-mail: karina\_amattos@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora, Universidade Estadual Paulista – Campus Bauru/Docente. E-mail: nconst@faac.unesp.br

*itself and the public sphere, enabling to set up a panorama of debate about the use of such spaces and their ways of production and management in Brazilian cities.*

**KEY-WORDS:** *Urban open spaces. City. Public Management.*

## **ESPACIOS LIBRES URBANAS Y CIUDAD: PRODUCCIÓN Y GESTIÓN**

### **RESUMEN**

*Los espacios libres urbanos, con sus calles, plazas y parques constituyen un importante sistema para la organización de la forma urbana. Determinante para la reproducción de la vida en las ciudades, la creación y conservación de los espacios libres propone mejorar la calidad ambiental urbana al mismo tiempo en que garantiza la calidad de vida de los ciudadanos. Todavía, las visiones y los enfoques distintos entre los usuarios y el poder público, ha creado espacios vacíos, indiferenciados y monofuncionales. Entender el sistema de espacios libres urbanos, así como los elementos y las relaciones que organizan y estructuran sus conjuntos con la ciudad, es fundamental para el desarrollo de nuevas políticas de gestión. Así, el trabajo analiza por medio de referencias bibliográficas, la relación entre el sistema de espacios libres, la ciudad y la esfera pública, permitiendo configurar un panorama de debate sobre el uso de estos espacios y su forma de producción y gestión en las ciudades brasileñas.*

**PALABRAS-CLAVE:** *Espacios libres urbanos. Ciudad. Gestión pública.*

### **INTRODUÇÃO**

Muitos são os benefícios ambientais e socioculturais associados à criação e manutenção de espaços livres urbanos. Constituídos por ruas, praças, parques, pátios, quintais, jardins, lotes vagos, estacionamentos descobertos, áreas verdes, orlas, rios e represas, os espaços livres formam um importante sistema urbano, que junto com outros sistemas, tecem relações de conectividade e complementaridade fundamentais a vida pública.

Elemento da forma urbana, os espaços livres exercem – em função de sua forma, volume, distribuição e tamanho – inúmeras influências no seu entorno, sobretudo sobre o funcionamento das cidades e o comportamento humano, pois garantem áreas de preservação ambiental, de lazer e convívio social, além de

atender as necessidades básicas urbanas de circulação, drenagem, conforto e segurança.

Contudo, o que se vê atualmente, na maioria das cidades brasileiras, é um conjunto de espaços livres precários e desconectados de seu entorno edificado – as calçadas são estreitas e, na maioria das vezes, estão em péssimo estado de conservação; nas ruas e avenidas, carros e caminhões formam congestionamentos quilométricos, levando caos e desordem para as principais vias da cidade; os parques e praças sem manutenção se tornam locais hostis e perigosos; a arborização urbana é deficiente em praticamente todos os pontos da cidade; terrenos vazios e abandonados tornam os locais insalubres e propensos a doenças e contaminações. O sistema de espaços livres sofre com as discontinuidades políticas e a má distribuição de terra e de renda.

Diante dos padrões culturais, das motivações econômicas e das ideologias urbanísticas que controlam as relações entre o Estado e o mercado imobiliário, discutir os padrões urbanísticos de produção e gestão das cidades brasileiras torna-se, em primeira instância, imprescindível para o entendimento e a análise dos espaços livres. Elemento indutor dos projetos urbanos, “a definição prévia, conceitual e formal, do sistema de espaços livres públicos deve preceder a formalização de qualquer assentamento urbano” (QUEIROGA, 2011, p. 34), considerando, sobretudo, as especificidades socioambientais de cada local. As formulações conceituais da paisagem tornam-se fundamentais para a contextualização inicial das funções, das formas e da distribuição dessas áreas.

A ocupação extensa e acelerada nos centros urbanos acarretou problemas na urbanização e os espaços livres apenas receberam ações e intervenções temporárias. A falta de planejamento contribui, até hoje, com o aumento de espaços livres desqualificados e pouco valorizados. Embora sejam muitas as ações voltadas à qualificação de tais espaços, a desarticulação e a sobreposição de funções públicas ainda dificultam, e muito, a produção e a gestão desses projetos urbanos.



A qualidade de vida urbana e social está diretamente atrelada aos fatores reunidos na infraestrutura, no desenvolvimento sociocultural, econômico e ambiental. É preciso responder positivamente as necessidades da cidade e das pessoas por meio de políticas públicas integradas, que garantam projetos e ações de qualidade.

Dessa forma, busca-se no presente trabalho, analisar por meio de um levantamento bibliográfico, as políticas de produção e gestão dos espaços livres urbanos e a relação de tais espaços com a cidade. É fundamental entender os sistemas de espaços livres, seus padrões espaciais e seu papel na estruturação e transformação da paisagem, apreender as ações administrativas e enfatizar a importância de novas medidas, a fim de se nortear futuras intervenções políticas e promover a articulação entre pesquisadores, políticos e projetistas.

## **CONCEITOS, FORMAS E FUNÇÕES DOS ESPAÇOS LIVRES**

As formulações conceituais da paisagem constituem uma base referencial fundamental para a contextualização das funções, das formas e da distribuição dos espaços livres. Resultante de processos socioculturais e naturais do homem sobre um território, a morfologia da paisagem se dá em função da integração entre os sistemas geológicos, climáticos e antropológicos (LEITE, 1996; MACEDO, 2012; MAGNOLI, 2006). Processo histórico de representação das relações, tais sistemas atribuem sobre a paisagem dimensões morfológicas, funcionais, espaciais e simbólicas (SCHLEE, 2009) que contribuem e afetam diretamente o processo de construção e desenvolvimento das cidades. São poucas as paisagens que não tem, nos dias atuais, a intervenção do homem, ainda que a forma e a representação de tal ação sejam diversas. Assim, compreender as apropriações, as representações e os conflitos do homem sobre a paisagem torna-se fundamental para a análise de qualquer elemento da forma urbana da atualidade.

Entender a cidade através da lógica das referências da paisagem que apontam os elementos e os espaços que a conformam, seria também uma maneira de legitimar um conceito de cidade mais baseada nas próprias diretrizes paisagísticas que a estruturam, através de seus marcos urbanos e territoriais, e que constituem a principal estética de sua própria paisagem. (SEGUÍ, 1996, p. 61)

**Figura 1: A integração de sistemas geológicos, climáticos e antropológicos na paisagem**



Fonte: MATTOS, 2015.

Dentro da paisagem urbana, as ações físicas do homem se moldam por meio dos espaços edificados e espaços não-edificados. Segundo Magnoli (2006, p.179), “o espaço livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado.”. Para Macedo (2012), a paisagem urbana apresenta elementos característicos que se articulam, dando forma, dessa maneira, aos centros urbanos. Assim, a base de toda estrutura urbana se dá pelo “suporte físico”, representado principalmente pelos elementos naturais, como relevo e água. As características físicas de cada local urbano se dão pelos “volumes urbanos” constituídos por volumes construídos, como prédios, e volumes plantados, como árvores e arbustos. Representados por parques, praças, ruas, quintais, terrenos vazios, entre outros, os “espaços livres de edificação” constituem-se nos espaços abertos, livres de edificações ou coberturas, nos quais as ações urbanas acontecem.

**Figura 2: A paisagem urbana e seus elementos característicos**



Fonte: MATTOS, 2011.

Geralmente associados à função de lazer, por meio das praças, parques e jardins, os espaços livres urbanos “devem ser entendidos de acordo com as atividades e necessidades do homem urbano” (MAZZEI; COLESANTI; SANTOS, 2007, p.37). Com funções ecológicas, estéticas e de lazer, o conjunto organizado destes espaços, de domínio público ou privado, distribuídos quali-quantitativamente no tecido urbano, constitui um sistema de espaços livres urbanos. Segundo Loboda e De Angelis (2005), os espaços verdes são os espaços livres dotados predominantemente de vegetação. Dessa forma, pode-se afirmar que as áreas verdes constituem um subsistema do sistema de espaços livres.



**Figura 3: Sistema de espaços livres urbanos e suas funções ecológica, estética e de lazer**



Fonte: MATTOS, 2014.

Fundamental ao desempenho da vida cotidiana e a constituição da esfera de vida pública e privada, o sistema de espaços livres está em constante processo de transformação e adequação às novas exigências urbanas e sociais.

Apreender os aspectos e as funções que caracterizam os espaços livres é imprescindível para o entendimento da relação entre esses locais e a cidade. O usar, o ver e o sentir do indivíduo sobre o espaço tornam-se fundamentais para a tomada de consciência de cada local. Segundo Holanda (2007), é importante entender as implicações dos lugares enquanto arquitetura, como ela nos afeta de várias maneiras e qual a sua pluralidade de desempenhos. Cada aspecto, segundo o autor, implica em uma estrutura de relações entre os atributos da forma-espaço e as expectativas humanas. Dado isso, pode-se afirmar que o espaço livre urbano, assim como a arquitetura, “é lugar usufruído como meio de satisfação de expectativas funcionais, bioclimáticas, econômicas, sociológicas, topoceptivas, afetivas, simbólicas e estéticas, em função de valores que podem ser universais, grupais ou individuais.” (HOLANDA, 2007, p. 117-118).

Quanto à configuração física e material das áreas livres, pode-se afirmar que a forma, embora vaga e variável está diretamente associada à distribuição dos edifícios e dos espaços livres.

O espaço livre na metrópole brasileira é comumente predeterminado a partir do processo de loteamento quando são especificadas e destinadas as áreas para as ruas e demais espaços públicos. A composição dos elementos edificados pode definir as características formais do espaço livre; no entanto, sua qualificação também deverá ser dada pelo seu desenho/projeto e pela manutenção adequada. (QUEIROGA, 2011, p. 29)

A qualidade do meio urbano, fundamental para a qualidade da vida urbana, está diretamente influenciada pelas configurações físicas do espaço livre. Dessa maneira, compreender a relação de tais espaços com a cidade torna-se fundamental para o desenvolvimento de ações bem planejadas e de qualidade.

## **O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES E A CIDADE**

As discussões sobre os sistemas de espaços livres públicos vem se tornando, sobretudo nas últimas décadas do século XX, temática obrigatória tanto nos meios acadêmicos, quanto nas áreas de planejamento e gestão urbana. Processados e apropriados pela sociedade, os espaços livres urbanos, planejados ou não, formam um tecido que, segundo Magnoli (1983, apud LEITE, 2011), constitui o maior percentual de solo das cidades brasileiras, mesmo entre as mais populosas.

**Figura 4: Os espaços livres urbanos de Belo Horizonte, MG**



Fonte: MATTOS, 2010.



Elemento de conexão na cidade e onde ocorre a maioria das ações cotidianas da sociedade cidadina, os espaços livres urbanos ainda são vistos como “estruturas independentes do seu entorno edificado, bolsões de alívio dos males da urbanização ou, o que é ainda mais frequente, como territórios perigosos e hostis ao desenvolvimento de diversas e desejáveis formas de sociabilidade (...)” (LEITE, 2011, p. 159). A falta de segurança nas praças, parques e jardins, assim como a falta de atuação do poder público em ações de participação popular em atividades culturais faz com que a renúncia aos espaços livres públicos pelas camadas sociais, só aumente. A paisagem fragmentada e desorganizada valoriza os espaços privados e faz dos espaços públicos locais cada vez mais abandonados e deteriorados. É nos espaços livres que a vida pública tem seu maior suporte, constituídos por locais de maior acessibilidade, diversidade e pluralidade (QUEIROGA, 2011).

Para Leite (2011), a visão social de que os espaços públicos deveriam promover a socialização e o encontro das pessoas, assim como as áreas verdes deveriam contribuir para sua estruturação, não foi capaz de alterar a organização física deficiente e o descaso pelos espaços coletivos.

A forma de perceber, interpretar e intervir na paisagem, entre moradores e poder público ainda revela-se oposta. Segundo Leite (1996), enquanto os moradores utilizam-se de uma percepção e interpretação baseada na realidade quotidiana e suas características de natureza cultural e simbólica, o poder público apoia-se em uma visão de planejamento urbano baseado em uma operação padrão que trata o espaço como um local vazio, auto-reprodutível e monofuncional.

O trabalho de profissionais que atuam na arquitetura e no paisagismo também tem se limitado aos espaços que pelos códigos e leis, são definidos como espaços necessários - os recuos de frente, lateral e de fundo das edificações.

Os conflitos e as contradições decorrentes das iniquidades na distribuição da terra e da renda, tanto no cenário urbano quanto no rural, de acordo com Schlee et al. (2009), se refletem claramente na distribuição, na apropriação e no tratamento dos espaços livres urbanos, bem como em sua relação com os espaços edificados.

A diversidade cultural presente na sociedade brasileira reflete diretamente na diversidade paisagística das cidades. Nesse contexto, os espaços livres exprimem os diversos aspectos culturais e sociais, sejam eles regionais ou locais. Assim, compreender as características regionais de cada espaço torna-se fundamental para a produção e organização de mudanças no planejamento dessas áreas livres.

**Figura 5: A apropriação e o tratamento de um espaço livre na favela de Heliópolis, SP**



Fonte: MATTOS, 2011.

**Figura 6: A apropriação e o tratamento de um espaço livre em Goiânia, GO**



Fonte: MATTOS, 2011.

A cidade é um conjunto de elementos, sistemas e funções que se associam. Dessa maneira, além de compreender as diversidades sociais, o sistema de espaços livres urbanos apresenta uma complexa inter-relação com outros sistemas

urbanos, que juntos, podem compor relações de conectividade e complementaridade com a “preservação, a conservação e a requalificação ambientais, a circulação e a drenagem urbana, as atividades de lazer, o imaginário, a memória e o convívio” (LEITE, 2011, p. 159).

**Figura 7: A inter-relação de sistemas no Parque Barigui em Curitiba, PR**



Fonte: MATTOS, 2011.

Tal interconectividade permite inúmeras práticas de relevância cultural e social associadas ao sistema de espaços livres. A realização de festas populares, o uso para manifestações políticas e sociais, assim como a presença de elementos culturais destaca a diversidade desses elementos urbanos. De acordo com Queiroga (2011, p. 28), “não há um tipo único ou ideal de sistema, pois cada lugar urbano possui características específicas de formação histórica, características socioeconômicas e de relacionamento com o suporte biofísico.” Dessa forma, uma abordagem integrada entre projeto, política social e gestão torna-se fundamental tanto para a criação, quanto para a manutenção de espaços livres públicos de sucesso.

Como se observa, são inúmeras as ações e conexões dos espaços livres urbanos com a cidade e seus elementos. Contudo, espera-se muito de um elemento que pouca atenção recebe de seus usuários e gestores, como afirma Magnoli (2006, p. 181).



No desenho urbano os espaços são aqueles definidos pelo sistema viário e por uma reserva de outro espaço livre, devidamente classificado em 'de recreação' ou 'área verde' que se define por uma porcentagem. Nas principais avenidas se espera estar entre 'boulevards copados' desde que as árvores se plantadas e mantidas cresçam sobre um solo composto de tubulações diversas da infra-estrutura. É preciso que se saiba o que realmente se quer e se pode ter. Exige-se a criação de topoclimas em locais de maior uso, a diminuição de índices de ruído, a correção de erros de intervenção no relevo, a garantia de limpeza das águas, a capacidade de atuarem como focos de promoção social; o atendimento a níveis e graus de recreação os mais diversos. A um equipamento raríssimo se fazem exigências funcionais intensas e extensas independente de desacertos no uso do solo e de qualquer política de espaços livres. (MAGNOLI, 2006, p.181).

## A PRODUÇÃO E A GESTÃO DOS ESPAÇOS LIVRES URBANOS

Embora sejam muitas as ações voltadas para os espaços livres urbanos nos últimos anos, ao analisar os espaços livres nas cidades brasileiras, é possível observar e compreender um amplo quadro de problemas relacionados à produção e a gestão pública de tais locais, como a descontinuidade administrativa e a falta de inserção em planejamentos mais integrados. O não desenvolvimento de uma prática de projetos para espaços livres deve-se a permanência de um pensamento de gestão centrada nas características socioeconômicas das cidades, postergando a dependência desses elementos urbanos a segundo plano - ainda que tais espaços sejam fundamentais para preservação de desastres ambientais, como alagamentos e deslizamentos.

Para Pellegrino et al. (2006), estes espaços devem ser entendidos como parte da infraestrutura urbana e não considerados apenas em função de seus valores estéticos. As áreas livres urbanas podem exercer várias outras funções, como conectar fragmentos de vegetação; oferecer melhorias microclimáticas; garantir suporte social por meio de usos relacionados à moradia, trabalho, educação e lazer; acomodar as funções de outras infraestruturas urbanas; além de atender os

objetivos de recreação e melhorias ambientais. Torna-se necessário, nos trabalhos de planejamento ambiental, considerar seus aspectos teóricos e metodológicos.

A sucessão de cortes administrativos, dentro dessa concepção, tem consolidado as práticas de recreação e lazer do conjunto de espaços livres, buscando, eventualmente, a preservação de recursos e a qualificação do ambiente urbano. Segundo Leite (2011),

Da mesma maneira que o viário avança sobre os espaços públicos da cidade, a expansão urbana avança sobre sua zona de proteção ambiental, fazendo que se percam recursos preciosos e importantes para a manutenção do equilíbrio cidade/natureza, daí decorrendo todo tipo de catástrofe. (LEITE, 2011, p. 172)

A grande quantidade de produtores e gestores dos espaços, bem como a desarticulação e sobreposição de funções públicas, dificulta a administração e a execução de projetos urbanos de qualidade. Entre os inúmeros problemas presentes nos espaços livres públicos urbanos observa-se que as calçadas são estreitas e encontram-se, na maioria das vezes, em péssimo estado de conservação, além da presença de terrenos vazios e abandonados e praças e parques sem manutenção. A arborização urbana é deficiente, ou praticamente ausente, na maioria do tecido urbano e são raros os tratamentos paisagísticos encontrados nos espaços públicos. Também observa-se inúmeros conflitos entre projeto e legislação, que atrasam ou impedem a execução e/ou manutenção dos espaços. A falta de saneamento e a má conservação de seu sistema contamina grande parte dos rios urbanos.

**Figura 8: Terreno abandonado e sem administração pública**



Fonte: MATTOS, 2015.

**Figura 9: Parque sem manutenção**



Fonte: MATTOS, 2015.

São muitos os desafios relacionados à produção e a gestão dos espaços livres de qualidade. De acordo com Queiroga (2011), são necessárias novas medidas de planejamento e gestão, dentre as quais se incluem a criação de uma legislação urbanística-ambiental adequada às especificidades ambientais urbanas; saneamento ambiental; revisão de paradigmas urbanísticos atuais, como a priorização de automóveis em detrimento ao pedestre e a produção imobiliária voltada ao mercado financeiro; o estabelecimento de planos para o sistema de espaços livres que considerem as características particulares de cada lugar urbano;





assim como a articulação de políticas públicas e a criação de quadros técnicos capazes de planejar, projetar, executar e manter os espaços livres.

As especificidades geográficas, climáticas, econômicas, históricas e culturais de cada local, bem como as diversas formas de apropriação do espaço livre pela população, anulam a criação de qualquer modelo ou manual de orientação para a criação e manutenção dos espaços livres. Por meio de análises locais, é possível estabelecer diretrizes de projeto para sistemas de espaços livres urbanos de qualidade. A apropriação do espaço por diferentes grupos sociais, bem como a prática de diferentes atividades em um mesmo espaço mostram a diversidade desses locais. Assim, recomenda-se a criação de um sistema de espaços livres com diferentes espaços multifuncionais, em detrimento aos locais de uso exclusivo.

A especificidade funcional ao espaço livre é, às vezes, exigida para algumas atividades; ela é, porém, frequentemente atribuída (ou imposta) desnecessariamente (ou quiçá porque) por desenho (um gramado pode propiciar muito mais do que uma “pelada”; contudo se desenha uma “quadra”, devidamente cercada, com tela, portão e piso devidamente igual em toda a periferia, (sempre com 2 metros de largura!)). Saudavelmente, os arquitetos estão descobrindo que “vamos ter que aprender daqui para frente, a trabalhar com aberturas e com espaços “em branco de significados”...” sejam saudavelmente abertos e saudavelmente ambíguos, para que permitam uma criação ampla de significados. (Magnoli, 2006, p.181-182)

Atender e suprir as carências presentes nas cidades brasileiras por meio da integração de políticas públicas torna-se, assim, fundamental para a produção e gestão de projetos de qualidade. O desenvolvimento de vias arborizadas, praças, parques e jardins efetivamente integrados entre si e com os demais elementos da cidade garantem a formação de um grande e único sistema, tal como sugerem seus conceitos, responsável tanto pela qualidade ambiental, quanto pela qualidade de vida da população. A requalificação da cidade só é possível por meio da harmônica integração entre o subsistema natural e o subsistema artificial (MOISSET, 2006).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Componente básico na constituição da paisagem urbana e da vida cidadina, os espaços livres públicos atendem as demandas de circulação de pedestres e veículos, de recreação e contemplação da paisagem, de lazer e esportes, de relaxamento, de conservação ambiental, além de possibilitar manifestações políticas e sociais. Em constante processo de transformação, tal sistema adequa-se frequentemente às novas demandas da sociedade, embora seja a disponibilidade de recursos, bem como as ações políticas, os fatores responsáveis por definirem os processos de qualificação ou desqualificação de tais sistemas.

Nos dias atuais, o planejamento dos espaços livres urbanos parte de recursos residuais procedentes de outras atividades, consideradas prioritárias, e geralmente advindas de pastas políticas, econômicas e estratégicas. Os baixos investimentos contrastam diretamente com o aumento das necessidades reais criadas pela expansão urbana. Seguindo por tal premissa, pode-se afirmar que considerar os espaços livres de forma prioritária e integrada a outros sistemas urbanos torna-se básico para a criação de espaços de qualidade, adequados às necessidades sociais, públicas e ambientais.

Segundo Queiroga (2011), não se trata de priorizar tal sistema em detrimento de setores como educação, saúde e habitação. Para o autor, é essencial, nos dias atuais, compreender que morar vai muito além de habitar - é necessário conviver em conjunto nos lugares públicos; que ações educativas devem incluir em seus ensinamentos as diversidades presentes na cidade a fim de ser criar um cotidiano mais político-participativo; que um ambiente saneado é item de saúde pública, assim como os espaços livres de lazer contribuem para a qualidade de vida da população; que a conservação das áreas ambientais impede desastres naturais devastadores, como as enchentes; e que a mobilidade urbana deve ser pensada no pedestre, em detrimento aos automóveis. Assim, “propor a qualificação dos sistemas de espaços livres é, portanto, contribuir para a educação, saúde, transportes,



habitação, saneamento e meio ambiente. É construir uma metrópole melhor, pensando espaços de cidadania mais do que de consumo.” (QUEIROGA, 2011, p. 35).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOLANDA, F. Arquitetura Sociológica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.115-129, 2007.

LEITE, M. A. F. P. Projeto e uso dos espaços públicos, o código e a interpretação. In: III CONGRESSO DA BRASILIAN STUDIES ASSOCIATION, 1996, Cambridge. **Mesa Redonda Representações da Cidade: Imagens Cruzadas entre Brasil e Europa**. Cambridge, Reino Unido, 1996, p. 01-15.

\_\_\_\_\_. Um sistema de espaços livres para São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 159-174, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142011000100011&script=sci\\_arttext&lng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142011000100011&script=sci_arttext&lng=es)>. Acesso em 23 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. Uma narrativa da paisagem. **Paisagem e Ambiente: Ensaios**, São Paulo, n. 28, p. 59-78, 2011.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, Guarapuava, v. 1, n. 1, p. 125-139, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://200.201.10.18/index.php/ambiencia/article/view/157>>. Acesso em 23 de outubro de 2014.

MACEDO, S.S. **Paisagismo Brasileiro na Virada do Século 1990-2000**. São Paulo: Edusp, 2012.

MAGNOLI, M.M. Espaço livre – objeto de trabalho. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 21, p. 175-198, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40249/43115>>. Acesso em: 23 de outubro de 2014.

MAZZEI, K.; COLESANTI, M. T. M.; SANTOS, D. G. Áreas verdes urbanas, espaços livres para lazer. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.19, n.1, p. 33-43, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9350/5730>>. Acesso em: 23 de outubro de 2014.

MOISSET, I. Interaccion cuadrícula-naturaleza. In: NASELLI, C. et al. **Forma Urbana, lecturas y acciones en la ciudad**. Córdoba: I+P Editorial, 2006, p. 20-43.

PELLEGRINO, P. R. M. et al. A paisagem da borda: uma estratégia para a condução das águas, da biodiversidade e das pessoas. In: COSTA, L. S. A. (org.). **Rios e Paisagens Urbanas em Cidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: PROURB, p. 57-75.

QUEIROGA, E. F. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. **Resgate**, v.XIX, n.21, p.25-25, 2011. Disponível em: <[www.cmu.unicamp.br/br/seer/index.php/resgate/article/download/.../264](http://www.cmu.unicamp.br/br/seer/index.php/resgate/article/download/.../264)>. Acesso em: 16 de dezembro de 2014.





SCHLEE, M. B. et al. Sistema de espaços livres nas cidades brasileiras – um debate conceitual. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n.26, p.225-247, 2009. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/77358>>. Acesso em 23 de outubro de 2014.

SEGUÍ, J. El paisaje proyectado o La furza de lugar. **Geometría**, n.21, p.49-64, 1996.